

Título: Grupo de trabalho da comissão nacional
Data: ?

PARTIDO DOS TRABALHADORES

**GRUPO DE TRABALHO DA
COMISSÃO NACIONAL**

*** EDUCAÇÃO ***

**PAULO FREIRE
CARLOS BRANDÃO
DEMerval SAVIANI
MOACYR GADOTTI**

**NUCLEO DOS PROFESSORES
PT - DF**

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO NACIONAL POPULAR

Primeira Parte

O PARTIDO COMO EDUCADOR

Esse texto tem a intenção de provocar um debate entre os militantes e simpatizantes do PT para que estes, pensando a questão educacional do país, possam apresentar contribuições à comissão de Educação encarregada pela Comissão Executiva Nacional de elaborar um Plano de Educação. Esse texto, por isso, é provisório, servindo apenas de "subsídio" para dar início ao trabalho. O Plano de Educação do PT deverá refletir em sua totalidade o ponto de vista dos militantes do partido.

No PT o debate da educação não pode ser uma coisa privativa de círculo restrito de educadores profissionais. Todas as questões do partido são questões de todos: não são questões "técnicas", questões de especialistas. O PT aprende o que é educação ao fazer educação. O PT é educador que educa educando a massa, capacitando os seus militantes para que desafiem a massa a superar a pura sensibilidade dos problemas.

É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e que o caráter educativo do ato político esgotem compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa.

Nesse sentido, é que todo partido político é sempre educador, e, como tal, sua proposta política vai ganhando carne ou não na relação entre os atos de denunciar e anunciar. Mas, é neste sentido também que, tanto no caso do processo educativo quanto no do ato político ou do Partido, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno do a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que fazemos a educação e do a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que desenvolvemos a atividade política.

Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. O em favor do que e de quem que está na origem mesma do partido e de sua luta determina a maneira como sua prática educativa se dá e na qual se incorporam a denúncia e o anúncio antes referidos, bem como o objeto da denúncia e do anúncio.

Um partido de classes dominantes, por exemplo, em primeiro lugar, não pode denunciar as verdadeiras causas dos níveis de pobreza e de miséria das massas populares, mas, pelo contrário, o que ele pode é falar delas, quando fala, de tal maneira que aquelas causas se ocultem. No fundo, a grande denúncia que fazem os dominantes é a denúncia de quem os denuncia e à sua ordem vistos sempre por eles como "subversivos" e "desordeiros". Por outro lado, que anúncio podem os dominantes fazer a não ser, no máximo, o da "mudança na continuidade? "Por tudo isto não pode um partido dos dominantes estar jamais com as massas populares, mas contra elas e delas servindo-se. O em favor de que e de quem dos dominantes, que o seu partido procura viabilizar, através de um sem número de filigranas e de

engodos, explica a intenção de sua prática educativa no seu sentido da preservação do estabelecido. A relação do partido dos dominantes com as massas populares, através do discurso ou de ações assistenciais, é sempre manipuladora. O discurso ou as ações assistenciais procuram antes ocultar do que desvelar. Isto não significa enganar por tais discursos e por tais formas de ação. Uma prática político-pedagógica a ser desenvolvida por militantes de um partido de massas, neste caso, seria, não a de tentar "levar" a população de uma favela a recusar a água e a luz, por exemplo, que lhe chegam como êngodo político, ou criticá-la por aceitar algo tão importante à ela, mas pelo contrário, reconhecendo o direito que tem a população de ter água e luz, trabalhar com ela para transformar o sentido 'falso da doação em reivindicação do povo.

Em última análise, um partido de elite não pode realizar uma educação que, desenvolvendo-se na intimidade mesma dos movimentos populares, ajude as massas a fazer melhor o que já estão fazendo para assim fazer o que ainda não foi feito. Esta sim, é uma das tarefas político-educativas de um partido de massas como o PT. O em favor do que e o em favor de quem, o contra que e o contra quem em torno dos quais o PT se vem constituindo, ao nascer no corpo mesmo de movimentos sociais, lhe exigem uma compreensão e uma prática necessariamente diferentes, enquanto educador. O PT não pode ser o educador que já sabe tudo, que já tem uma verdade intocável, diante de uma massa popular incompetente a ser guiada e salva. Um educador para quem o futuro seja algo pré-estabelecido, uma espécie de fado ou de sina ou de destino irremediável.

Enquanto educador, se, de um lado, não pode aceitar que a educação seja a alavanca das transformações sociais não pode, por outro, desconhecer o seu papel indiscutível nestas transformações. Papel que se realiza, entre outros momentos, fundamentalmente, no esforço mobilizador e organizador das massas populares como também no da capacitação de seus quadros de militantes.

É preciso, contudo, chamar a atenção para o fato de que a questão não está apenas em proclamar verbalmente a opção pelas classes e setores dominados, mas ter uma prática político-pedagógica rigorosamente coerente com a proclamação verbal. Uma coisa é a expressão oral da opção pelas classes oprimidas, pelas massas populares, a outra é uma prática elitista, quando sabemos que não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso. É então a coerência entre a sua prática e as suas opções proclamadas que virá fazendo o PT, enquanto educador, reconhecer-se também como educando.

Vale repetir: para que o PT assuma o seu papel de educador enquanto partido, coerentemente com as suas opções proclamadas, ele tem de assumir também o papel de educando das massas populares. A sua tarefa formadora, como partido de massas e não de quadros, se dá na interioridade das lutas populares, na intimidade dos movimentos sociais de onde ele veio, dos quais não pode afastar-se e com os quais deve aprender sempre.

Só os educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de ser educado pelos educandos, só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe.

Um Plano Popular de Educação.

Há uma tarefa pedagógica em um partido político. Sem ser escolar, ele é educativo. É um instrumento de luta pelo poder e é também um instrumento de educação de seus militantes. Pode ser até um instrumento de educação mais amplo, na medida em que, em sua luta, forma quadros, conscientiza, capacita pessoas e grupos para uma ação política e, principalmente, age politicamente como um instrumento crítico de sistemas educacionais vigentes e pensa politicamente outros sistemas educacionais.

Para um partido de trabalhadores - que em nada se confunde com um "partido populista" (falsamente dirigido por elites para o povo), mas deve ser um autêntico "partido popular" (dirigido pelo povo, para a nação) - a sua dimensão de educar a sua crítica da educação dominante e o seu projeto para uma nova educação, têm a ver com as questões políticas que envolvem a educação do povo, e tem a ver com as questões pedagógicas que envolvem o trabalho político do povo, dos trabalhadores, sejam eles militantes diretos ou não do partido. São dimensões diferentes de prática, mas que se unem em muitos pontos: educar o trabalhador ("capacitado" pelas elites para ser um trabalhador subalterno) como um sujeito consciente e como um trabalhador militante de sua classe; fazer, entre muitas outras, a crítica contínua da educação desigual, opressora, instalada pelo Estado na Nação; propor alternativas novas de educação e, uma vez no poder, constituir-las.

Isto significa que um plano popular de educação tem mais de uma dimensão. Uma delas não será discutida aqui, porque tem a ver com o problema direto das tarefas do partido dos trabalhadores enquanto um instrumento pedagógico das classes populares. Este é um problema político do núcleo das diretrizes da prática do partido, em todos os seus momentos. As outras três (e pode haver mais, pode haver desdobramentos de cada uma delas) podem ser resumidas assim: 1ª) atuar sobre a educação atual que muitas vezes é usada contra o trabalhador; 2ª) atuar pela educação que é atualmente negada ao trabalhador; 3ª) atuar por uma educação que seja para o trabalhador, a começar por ser politicamente do trabalhador.

Estas três dimensões mínimas de um plano popular de educação partem das seguintes idéias:

1ª) a educação que existe hoje no país - nas campanhas de alfabetização, nas escolas públicas e particulares de 1º e 2º graus, nas universidades, nos cursos especializados de capacitação e profissionalização - não é uma educação "boa" ou "ruim". Ela é um exemplo de educação da sociedade capitalista dependente, em seu pleno funcionamento. Um de seus pontos de partida é organizar sistemas e sistematizar idéias que coloquem, uns, totalmente em mãos de emissários dos interesses do capital (das elites políticas e econômicas), constituídas como seus agentes de controle através da educação (assim como há outros que atuam através da justiça, da saúde, dos transportes, da segurança, etc), outras, como os valores, os conhecimentos, as verdades tidas como universais e necessários para todos, mas que, na verdade, "dizem" e "educam" afirmando tudo aquilo que serve como ideário da dominação política (e de todas as outras) das elites sobre o povo, através, também, da educação, ao mesmo tempo em que ocultam para todos a arbitrariedade e as contradições do sistema político e econômico imposto. É preciso fazer a crítica política dos usos e dos modos de funcionamento desta educação, antes de fazer apenas a crítica pedagógica de seus pequenos defeitos de sala de aula. Ela parece ser de todos e para todos, mas existe contra o povo.

2ª) Um dos modos de trabalhar desta educação dominante é o de operar uma divisão institucional. Há uma linha que vai do primário à universidade sem interrupção e que é dirigida a uma pequena minoria de estudantes das elites dirigentes ou destinados a serem intermediários de seu poder, de seus interesses. Há uma linha que, no Brasil, pára no primário, pelas campanhas apressadas de alfabetização, pelos "supletivos" e pelos cursinhos de "formação de mão-de-obra", e que é destinada à imensa maioria do povo, dos trabalhadores "braçais". A mesma educação capitalista, que é afirmada na Constituição como um direito de todos e que deve ser igualmente oferecida a todos só funciona sobre as bases desta divisão - que é, na educação, o equivalente político de outras divisões que o sistema precisa criar e manter, para que a sociedade funcione justamente pela desigualdade entre o trabalho e o capital, entre o povo e o poder.

3ª) Quem controla o poder político de uma sociedade controla a sua educação formal ("oficial", "institucional"). Controla o poder sobre o povo também através da educação. Enquanto o sistema político do país esti-

ver sustentado por princípios de desigualdade, oposição e arbitrariedade, a sua educação terá duas funções principais: 1ª) difundir e inculcar, como conhecimento, os valores que justificam o estado atual de coisas, ocultando tudo o que há de opressor e transitório nele (trabalho pedagógico ' de ocultamento da realidade); 2ª) separar tipos de trabalhadores e tipos de dirigentes intelectuais através da distribuição desigual do saber e, conseqüentemente, do poder que nele existe. Por isto ela existe politicamente contra o trabalhador e pedagogicamente é negada ao trabalhador nos seus níveis mais elevados; para mantê-lo eficiente como mão-de-obra e subserviente como cidadão, como militante político de sua classe.

Assim, há dois momentos de trabalho político do Partido dos Trabalhadores sobre a educação: 1º o momento de crítica da educação atual e de in sistente formulação propostas sobre o seu funcionamento e os seus usos T com relação aos trabalhadores e - porque não? - a toda a sociedade; 2º o momento do trabalho político de criação de uma nova educação, uma educação sob controle de um poder popular e, portanto, uma educação popular.

Há tarefas imediatas de luta pela educação para o povo; há tarefas ' de luta de longo alcance por uma educação do povo. Há momentos de lutar ' pela educação sem ter o poder que oficialmente a controla. Há momentos - conjugados de lutas pelo poder político, usando também a educação. Há momentos de lutar, tendo o poder, por uma outra educação.

Esboço de algumas idéias para um plano popular de educação

1ª) A formação, dentro do Partido, de quadros, de comissões de militantes especialmente dirigidos à avaliação, à crítica dos usos e modos de funcionamento do sistema vigente de educação. Fazer a crítica popular do sistema, também através da crítica dos usos opressores da educação dentro dele.

2ª) A convocação de educadores, cientistas sociais, assistentes sociais e outros, que venham a participar como integrantes e/ou como assessores destas comissões, produzindo documentos, colocando dados e informações sobre a educação brasileira, e assim por diante;

3ª) A análise da situação atual de trabalhos e relações pedagógicas' em todos os contextos: fábrica, comunidade, escola, etc. Do modo como - eles são exercidos sobre os trabalhadores, ou à margem deles. A avaliação específica de como a educação está sendo usada agora, em cada lugar, em cada nível, em cada modalidade. A colocação de dados e críticas para fora do âmbito das comissões de educação: no partido, nas comunidades, etc.

4ª) A democratização dos debates, discussões, críticas e propostas de educação. A ruptura com a tradição de que na educação alguns poucos controlam-e-educam, e toda a massa é controlada-e-educada. A criação de mei os de ampliação do "pensar a educação brasileira", envolvendo os alunos, estudantes, pais e mães, os professores das escolas (sobretudo das escolas "de periferia", etc.). A denúncia de usos e artimanhas do poder sobre a educação, baseada em depoimentos populares diretos, em avaliações feitas' a partir das bases.

5ª) O estudo sistemático e a formulação de propostas e projetos de educação em todos os seus níveis e modos, a partir da condição e do ponto de vista dos trabalhadores. Ao lado de projetos alternativos imediatos de uma "educação nacional a partir do trabalho", fazer propostas concretas de tipos de educação que atingem hoje mais diretamente as classes trabalhadoras: a "Escola Pública", a alfabetização de Adultos, a Educação Comunitária, o Supletivo, os cursos de Capacitação de Mão-de-Obra, e assim por diante. Lutar para que todas as agências e serviços pedagógicos que atingem diretamente o povo, sejam avaliados e alternativamente propostos' pelo próprio povo. Pensar e propor alternativas de co-participação popular nas decisões oficiais sobre a educação: a nível nacional, a nível regional, a nível municipal, a nível comunitário, a nível de cada agência '

(delegacia de ensino, grupo escolar, colégio, curso de profissionalização, universidade).

6ª) Ou seja: lutar para que os trabalhadores sejam politicamente representados junto ao poder nas questões da educação nacional; lutar para que o povo seja direta e significativamente co-responsável pelas modalidades de educação que, hoje, atingem diretamente as classes trabalhadoras. Atuar de tal modo que nenhuma questão sobre a educação, que toque diretamente as classes trabalhadoras, deixe de ser avaliada por seus representantes, através do partido.

7ª) Formular projetos alternativos de educação do trabalhador e responder pela sua direção. Repensar e recriar sistemas de educação do trabalhador, buscando modos de colocá-la sob o seu controle direto: a educação sindical, a educação popular (a educação do povo em sua dimensão mais comunitária). Tomar a iniciativa de estabelecer alianças com pessoas, grupos e instituições da sociedade civil, que possam se comprometer politicamente com os trabalhadores através também da educação (setores da Igreja, do professorado, do estudantado, de grupos de profissionais).

8ª) Formular desde já propostas alternativas de uma educação nacional popular, que se constitua como a proposta do partido quando no poder.

9ª) Somar trabalhos de grupos e comissões de educação, com outros, próximos ou paralelos dentro do partido: saúde, habitação, etc. Deste modo, constituir unidades de prática popular, comunitária, sem uma perspectiva restritamente específica, separada. Ser capaz de, a todo momento, compreender o papel da educação entre as outras práticas sociais e política populares.

10ª) Conhecer e explorar as inúmeras modalidades de educação do povo; as incontáveis experiências através das quais, fora das escolas, fora do "sistema oficial de ensino", o povo da roça e da cidade reproduz os seus conhecimentos, valores de classe e comunidade. Partir disto, da experiência popular, das alternativas populares de sua própria educação. Repensar uma educação que parta das práticas populares e venha a ser sistematizada, estendida, multiplicada em seus usos e em seus poderes. Não partir da educação do sistema, da educação oficial do sistema capitalista, procurando apenas "melhorar". Ser sensível ao poder político popular de luta e resistência que existe nas experiências de reprodução do saber entre lavradores, pescadores, operários, comunidades rurais ou urbanas do povo. Partir daí para um primeiro pensar sobre como, hoje, no Brasil, o próprio povo pode pensar, criar e controlar: 1ª. a sua própria educação, dentro e fora do partido, dentro e fora da escola; 2ª. a educação nacional, a partir de um projeto de educação que reflita, como pedagogia de uma nova sociedade, o poder popular sobre esta sociedade.

A Luta pela Democratização da Escola.

Nesse debate que a Comissão de Educação quer lançar através desses "subsídios", existem duas ordens de questões. Em primeiro lugar aquelas relacionadas com a ação concreta que o partido pode ter hoje, imediatamente, para a educação geral e política da classe trabalhadora: é o que ele pode fazer já. Em segundo lugar existe uma política (objetivos, metas, etc.) que o partido quer traçar a médio e longo prazo: é o seu ideal da educação, a sua utopia pedagógica, o seu projeto educativo. Seja qual for a ordem de questões atacada prioritariamente, existe como pressuposto: a análise da situação concreta da educação brasileira hoje.

Nesse contexto, o que salta aos olhos, numa primeira análise é o elitismo: uma educação reservada a uma parcela reduzida da população e uma educação voltada para privilegiar os já privilegiados. O caráter que a define é, sem dúvida, o fato dela selecionar, sistematicamente, as classes privilegiadas em detrimento dos trabalhadores e oprimidos. Esse caráter nasceu com a educação brasileira, mas se acentou nos últimos anos com a expansão do ensino superior, em detrimento do ensino de primeiro grau. Is

so significa que um projeto educacional que se oponha à educação dominante precisa ser eminentemente popular, democrático, procurando privilegiar os que hoje são os postergados da educação.

Com base nessa premissa, um dos princípios que deverão nortear esse plano será inverter o sinal da educação no Brasil. Daí decorrem no plano da educação formal certas exigências que podem tornar-se o eixo de luta de uma educação alternativa:

1) A defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis para as classes trabalhadoras. A única maneira de combater a traficância do ensino que prejudica apenas as classes populares é a luta contra a privatização que transformou a educação numa mercadoria de difícil acesso para a maioria da população. Para os trabalhadores, a educação e a cultura são fundamentais no seu avanço político. Para as classes populares interessa defender o ensino público e gratuito em todos os níveis pois esse é mais um veículo de elaboração de sua cultura de resistência. Educação, para elas, representa maior elevação cultural.

2) A luta por uma outra escola. Entretanto, o ensino pelo qual as classes populares lutam é outro. Não é o que aí está, elitista no seu conteúdo, na sua forma e na sua gestão. Trata-se, portanto, não apenas de ampliar as oportunidades educacionais. Não significa estender o ensino que aí está para todos, pois ele é eminentemente anti-popular, domesticador. Nem se trata de "melhorar" o que aí está, introduzindo novas reformas sobre as reformas. Será preciso mobilizar as classes populares para uma mudança mais radical: para que não apenas elas estejam dentro da escola, mas tenham o ensino que lhes interessa. Se a escola que aí está foi implantada contra elas e sem elas, a nova escola só pode ser feita por elas e para elas.

3) A formação do professor-educador. Se a ideologia do poder conseguiu êxito muito grande em sua estratégia de eliminação dos profissionais do ensino mais críticos foi porque tirou da escola os recursos tanto para a sua remuneração quanto para o material didático-pedagógico. Transformou os educadores em meros executores de uma política educacional traçada em gabinetes. Ao contrário, para se fortalecer uma outra escola, melhores condições salariais e melhores condições de ensino deverão juntar-se à ampliação de capacidade dos professores de reinventarem a escola. Sem valorizar esse profissional, sem tirar-lhes as amarras que hoje fazem dele um executor de programas, não será possível uma outra escola. Uma maior liberdade de ensino, em todos os graus, é hoje imprescindível. Gradativamente deverá seguir-se uma mudança na legislação. Uma escola popular, criativa, precisa de autonomia, inclusive no plano didático-pedagógico. Isso poderá restabelecer a confiança onde hoje o regime implantou a descrença e o desânimo. Só assim poderá ela ser arrancada da servidão e da subserviência a que foi reduzida. A escola tem um papel social e político junto às comunidades que foi sistematicamente boicotado nos últimos anos.

Sugestões Iniciais para Discussão e Elaboração

A elaboração de um plano de educação que parta das preocupações populares não poderá partir de especialistas, mas de uma ampla discussão popular. Tratando-se de um plano de educação do Partido dos Trabalhadores, esse plano deverá refletir o ponto de vista de suas bases partidárias. Assim é que a Comissão de Educação indica abaixo uma série de temas sem excluir outros - que poderiam dar início a esse debate:

1) A relação escola-fábrica: o aluno na escola precisa conhecer a organização sindical da fábrica. Não é o sindicato assumindo tarefas escolares, mas o contrário: a escola como agente da organização popular e sindical. As classes trabalhadoras não interessa uma falsa escola profissionalizante, interessa, sim, um ensino sistemático do sindicalismo (o sindicato e suas formas históricas de organização).

2) Autonomia da escola e descentralização (municipalização) da educação. As escolas do país tentam apenas cumprir um programa uniforme para as mais diversas realidades regionais. Ao contrário, cada escola precisa encontrar os caminhos próprios para a solução dos seus problemas. Toda idéia de uniformização mata a escola criativa e crítica. O atrelamento ao Estado centralizador faz da escola um mero instrumento da classe que se apoderou do Estado. A descentralização política e administrativa faz-se necessária na prática escolar. Ninguém mais acredita hoje que a sociedade política, o Estado possa resolver os problemas básicos da população. O regime autoritário não só perdeu crédito diante da nação como criou uma desconfiança em relação às iniciativas do Estado. A descentralização pode significar a entrega do controle da escola às organizações da sociedade civil (Conselhos populares de educação, sindicatos, partidos, associações de bairro...).

Nesse contexto seria necessário divulgar as experiências bem sucedidas, como referência, não como modelos ou "pilotos".

3) Ainda outras questões e temas, a título de sugestões para discussão e elaboração, poderiam ser apontadas:

a) a questão da linguagem popular. A descoberta da sintaxe (estrutura de pensamento) do povo para se comunicar com ele, caminhar (educação) com ele. Se a educação é uma teoria do conhecimento, a educação popular é uma teoria do conhecimento (de como ele conhece), do rigor da linguagem popular.

b) A questão prática de como integrar saúde-educação-cultura-trabalho, de articular essas preocupações, esses setores de luta.

c) Como organizar a pré-escola e a creche a fim de permitir à mãe que trabalha a tranquilidade em relação às crianças. Como inventar uma creche popular que não seja simples "depósito de crianças".

d) O ensino produtivo e a formação do cidadão produtivo que teoriza a prática que já tem, que sabe inserir a sua formação técnica ou política no sistema produtivo global.

e) A questão do ensino formal: cursos noturnos, ampliação do espaço físico escolar, um ensino popular na universidade, maiores verbas e melhores condições de ensino, o aumento das anuidades, o ensino separado das preocupações com o trabalho, a saúde, a alimentação, etc.

Segunda Parte

UMA ESTRATÉGIA PARA A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: RETIRAR A EDUCAÇÃO DA TUTELA DO ESTADO

1. Introdução

No momento atual retornam as discussões em torno do ensino público e do papel do Estado na difusão da Educação.

O que existe de novo na recolocação do problema do ensino público no atual contexto? Em que as experiências anteriores podem servir de orientação (em relação aos acertos) e de alerta (em relação às falhas) para um adequado encaminhamento político da questão? Em que medida a atual movimentação não corre o risco de, ignorando a especificidade histórica, transpor mecanicamente as lutas do final da década de 50 para a situação atual?

As notas que seguem pretendem suscitar a discussão das indagações acima formuladas visando, sobretudo, o correto encaminhamento político das lutas relacionadas com a questão do ensino público nas condições brasileiras atuais.

2. Antecedentes

Os antecedentes da questão do ensino público no Brasil em confronto com o ensino privado remontam ao período colonial. Assim, em meados do século XVIII, as "reformas pombalinas da instrução pública" acabam por determinar, em 1759, a expulsão dos jesuítas que exerciam, na prática, o monopólio do ensino no país. O problema é retomado no início da década de 30 sob a forma de uma disputa entre os católicos, reunidos na Liga Eleitoral Católica (LEC) e os pioneiros da escola nova, reunidos na Associação Brasileira de Educação (ABE). Tal disputa girou em torno da elaboração da Constituição de 1934, quando ambos os grupos lutavam para que suas idéias em matéria de educação viessem a prevalecer no texto constitucional. Foi, porém, na segunda metade da década de 50, no bojo do processo de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o conflito entre o ensino público e o ensino privado assumiu maiores proporções, atingindo amplos setores da sociedade. Desencadeou-se, então, um movimento em defesa da escola pública, aglutinando diferentes segmentos da população com matizes ideológicas também diferenciáveis.

O conflito acima referido constitui aquilo que poderíamos chamar de antecedentes próximos da questão que agora volta a ser agitada. É dele, pois, que cabe extrair as principais lições históricas com vistas à correta colocação do problema no momento presente. Consequentemente, é necessário caracterizar, ainda que sumariamente, o sentido básico do movimento em defesa da escola pública nesse período.

No final da década de 50, a campanha em defesa da escola pública assumiu um caráter de cruzada cívica e moral. Sua inspiração ideológica básica era de teor liberal. Isto implicou a colocação do problema em termos a-históricos e a-políticos. Vale dizer, imaginava-se um Estado neutro que pairava acima das diferenças de classe, configurando-se no guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto. Daí, a conclusão de que colocar a educação sob a tutela do Estado constituía a estratégia adequada para garantir o atendimento das necessidades educacionais do conjunto da sociedade brasileira.

Como explicar esta "ilusão liberal"?

De um lado, tal ilusão é até certo ponto compreensível uma vez que ' dominava então a ideologia política do nacional-desenvolvimentismo como suporte de uma prática política populista. Tal populismo objetivamente ' tornou possível às forças progressistas aproximarem-se do poder, alimentando, inclusive, a esperança de exercerem o controle efetivo do aparelho governamental. Nessas circunstâncias, a identificação do aparelho governamental (Estado) com os interesses progressistas, mesmo, a crença na possibilidade de uma revolução social via controle do aparelho político constituiu, para muitos, forte tentação.

De outro lado, porém, a referida "ilusão liberal" constitui também - um indicador interessante para se aferir o nível de consciência possível da camada dos intelectuais brasileiros num momento histórico determinado. Com efeito, já naquela época as aspirações populares por mais e melhor - educação se faziam sentir de diferentes maneiras como ilustram os seguintes exemplos: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo-CNEA, criada em janeiro de 1958; II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em julho de 1958; Projeto-Piloto Leopoldina, instalado em março de 1958; Movimento de Educação de Base - MEB, criado em março de 1961. Entre tanto, os intelectuais que se engajaram na campanha em defesa da escola pública se deixaram levar pelo conflito com a escola particular, centralizando os debates em torno da questão do controle das verbas públicas ligadas de modo especial ao ensino médio, naquele momento amplamente dominado pela iniciativa privada. E a questão da educação popular (alfabetização, educação política das massas, absorção pelo ensino primário de toda a população em idade escolar, correção dos altos índices de evasão e repetência especialmente na passagem do primeiro para o segundo ano primário, etc.) sequer chegou a figurar nos debates. Impressionou-nos constatar, ao fazermos um levantamento sobre o assunto abrangendo o período de 1946 a 1963, a ausência no interior do movimento em defesa da escola pública, de uma preocupação com o problema da educação popular.

Hoje, volta à tona o problema da defesa da escola pública. Qual o seu alvo concreto? Qual a bandeira imediata empunhada pelo movimento que começa a tomar corpo? Obviamente, trata-se da defesa da permanência e expansão dos compromissos governamentais com o ensino superior.

Este alvo imediato implica o risco de introduzir equívocos na colocação da questão do ensino público no Brasil, hoje, equívocos esses que poderiam ser considerados decorrentes de uma transposição mecânica da problemática vivida no final da década de 50.

Entendemos que a questão deve ser posta, agora, em termos qualitativamente diferentes. Mencionemos, pois, ainda que de passagem, os principais equívocos.

3. Os equívocos

a. Encarar os ensinos privado e público como duas modalidades separadas que se contrapõem em bloco.

Em verdade, se isso podia ter alguma correspondência com o real na década de 50, hoje a situação é nitidamente diversa: o ensino de 1º e 2º graus público se articula com o ensino privado em nível superior e, em contrapartida, o ensino de 1º e 2º graus privado se articula com o ensino público em nível superior. Com efeito, os membros das elites são preparados, via de regra, em algumas poucas e caras escolas particulares para, com ou sem o auxílio dos cursinhos, conquistarem as poucas e disputadas vagas das universidades oficiais.

Aqueles, porém, que não integram as elites econômica e/ou cultural frequentam os cursos de 1º e 2º graus públicos. Se teimarem em seguir estudos em nível superior terão, ressalvadas as exceções, que fazê-lo em escolas particulares que operam em condições mais precárias oferecendo, em

consequência, um ensino de qualidade inferior. Vê-se, pois, que num tipo de sociedade como a nossa, o padrão de qualidade é definido pela elite, pela minoria. Assim, o padrão de qualidade de algumas poucas escolas particulares de 1º e 2º graus corresponde aos "níveis de excelência" das universidades públicas, do mesmo modo que à massificação das escolas particulares de 3º grau.

b. Colocar a tônica da questão da escola pública no ensino superior, do mesmo modo que na década de 50 a tônica foi posta no ensino médio.

Tal postura implica o risco de que determinados grupos se apropriem de determinadas parcelas do aparelho de Estado (a escola superior pública), convertendo-a em instrumento de defesa manutenção e ampliação de privilégios. Não nos esqueçamos que na sociedade capitalista, fundada na propriedade privada dos meios de produção, o público é sempre, ainda que de modo contraditório, privado. Trata-se, com efeito, de apresentar os interesses privados (da classe dominante) como expressão "genuína" do interesse público (do conjunto da sociedade). Em outras palavras, trata-se de organizar o poder privado (de uma classe) na forma de poder público (Estado).

Nesse quadro, a defesa da escola pública pode se converter no seu contrário, isto é, proclamando, ainda que de boa fé, a defesa dos interesses da maioria, pode-se estar, de fato, reforçando os mecanismos de discriminação da maioria da população. A eventual prioridade conferida ao ensino superior na defesa da escola pública tenderá a produzir esse e feito pelo simples fato de que, nesse caso, é inevitável que venham a prevalecer os interesses daqueles que estão na universidade. Já estão destinados a ela ou estão suficientemente próximos dela para incluí-la como aspiração social a curto prazo. A grande maioria da população está longe da universidade e acabará por ficar ainda mais distante dela se prevalecer a orientação acima apontada. Já tivemos a oportunidade de alertar e denunciar esse tipo de problema em outro trabalho, quando destacávamos a importância social da educação e da escola.

c. Defender a sujeição da educação à tutela do Estado.

Esse equívoco, em verdade, está na base também dos dois anteriores, já que pressupõe um Estado neutro, pairando acima das classes. Ora, como já dissemos, se essa "ilusão liberal" era até certo ponto compreensível no final da década de 50, hoje ela é imperdoável. Com efeito, o Estado que está aí já mostrou claramente a que veio. É e age implacavelmente como um Estado de classe. Em matéria de ensino é esse mesmo Estado que expandiu a rede de ensino de 1º e 2º graus ao preço de aligeirar a educação destinada às camadas populares, abrindo espaço para que a qualidade da educação reclamada pelas elites se concentrasse em algumas escolas particulares e, ainda, esse mesmo Estado que, a despeito de manter uma rede de escolas superiores de qualidade apenas satisfatória, ensejou fosse atirada sobre a iniciativa privada a culpa pelos descabimentos da educação nacional ao incentivá-la a investir no ensino superior.

Com efeito, se a rede de ensino superior hoje é predominantemente privada (cerca de 70%), contrariamente ao que ocorria no final da década de 50 (recordem-se as sucessivas federalizações de escolas superiores particulares ocorridas nesse período), tal fato se deve à política traçada pelo Estado e implementada pelo Conselho Federal de Educação que patrocinou, através de sucessivas autorizações e reconhecimentos, o processo de privatização do ensino superior. Ora, é fácil de se perceber que a esse mesmo Estado será muito simples e mesmo interessante expandir, aligeirando, a rede de ensino superior público e, ao mesmo tempo, subvencionar algumas escolas particulares de qualidade satisfatória, reproduzindo, assim, em nível superior, aquilo que já ocorre em nível de 1º e 2º graus.

Em verdade, tal tendência já se esboça, uma vez que começam a ser veiculadas idéias relativas a dois tipos distintos de universidade: a "universidade de produção" e a "universidade do consumo". A primeira seria constituída pelos "centros de excelência", aos quais seria reservado o privilégio de desenvolver pesquisas e ministrar cursos de pós-graduação "strictu sensu" (mestrado e doutorado). A segunda configuraria a grande maioria das escolas que se dedicaria exclusivamente ao ensino como regra, em nível de graduação e, excepcionalmente, ministrariam cursos de pós-graduação "lato sensu" (aperfeiçoamento e extensão). Convenhamos que uma campanha em defesa da escola pública marcada pelos equívocos acima indicados teria por efeito reforçar a tendência referida.

4. O dilema

Parece, pois, que a campanha em defesa da escola pública desemboca num dilema do tipo "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Com efeito, a combinação de ensino de 1º e 2º graus privado com ensino superior público indica que os beneficiários do ensino superior público pertencem, predominantemente, às camadas econômicas e culturalmente privilegiadas da sociedade brasileira. Esquecer essa realidade será reforçar os argumentos do governo e de seus cúmplices a favor do ensino superior pago. Por outro lado, defender a manutenção e expansão do ensino superior gratuito poderá implicar o fornecimento de argumentos a favor da idéia da "universidade do consumo". Como escapar ao dilema?

5. Solução do dilema

Entendemos que na raiz do dilema está a tutela exercida pelo Estado em relação à educação, uma vez que, seja o ensino pago ou gratuito, nos termos em que a questão vem sendo posta, hoje, no Brasil, trata-se sempre de um ensino tutelado. O caminho para a superação do dilema consiste, pois, na rejeição da tutela do Estado em matéria de educação. Isto significa que cabe à sociedade civil exercer o controle da educação em geral e, principalmente, daquela educação ministrada pelo Estado. Aqui, porém, é preciso estar alerta, pois corre-se o risco de cair novamente em ambiguidades. Com efeito, a expressão "sociedade civil" pode indicar simplesmente os organismos privados que cimentam a dominação, isto é, que legitimam pela hegemonia e pelo consenso, a coerção e a repressão.

Retirar a educação da tutela do Estado implica, pois, um duplo e concomitante movimento. De um lado, é mister que os organismos representativos das camadas populares exerçam severa vigilância e um rígido controle sobre o destino das verbas públicas e sobre o ensino ministrado pelo Estado; de outro lado, cumpre às organizações das camadas populares desenvolverem projetos educativos inteiramente autônomos em face do Estado. Trata-se, pois, de valorizar a educação, de conceder-lhe um lugar de importância no interior dos sindicatos, partidos políticos, associações de classe, etc.; isto de modo sistemático, de modo elaborado, teoricamente fundamentado; organicamente estruturado e não apenas de modo difuso, relegado ao nível do senso comum, eufemisticamente chamado de bom senso.

6. A estratégia

A estratégia que preconizamos implica, portanto, a inversão da sistemática passível de incorrer nos desvios anteriormente apontados. Assim, de modo simétrico à exposição dos equívocos, apresentamos os pontos constitutivos da estratégia por nós defendida.

a) Em vez de centrar a defesa da escola pública na oposição entre o ensino público e privado, cabe centrá-la na oposição entre ensino de elite e educação popular, lutando decididamente pela ampliação das oportunidades educacionais a toda a população e pelo aprimoramento da educação destinada às camadas populares. Com isso se opõe um ensino quantitativa

mente elitista (restrito a poucos) e qualitativamente também elitista (marcado por conteúdos desvinculados dos interesses populares) um ensino quantitativa e qualitativamente popular. Em verdade, bater na tecla da oposição entre ensino público e privado seria insistir em argumentos liberais já vazios de conteúdo histórico-político como, aliás, ocorreu na França no final da década de 50.

Ora, também no Brasil a situação de 1980 já não é mais a mesma do final da década de 50. Tanto assim que os responsáveis pelas escolas organizadas em moldes empresariais não parecem incomodados com a tutela jurídico-normativa exercida pelo Estado e parecem estar satisfeitos com os resultados de seus empreendimentos, uma vez que preferem manter autonomia financeira em face do Estado. As universidades católicas, de seu lado, já não estão preocupadas em combater algum suposto monopólio estatal do ensino mas, ao contrário, considerando-se prestadoras de um serviço de interesse público, reivindicam a associação com o Estado.

b) Em lugar de colocar a tônica da questão da escola pública no ensino superior, cumpre lutar pela popularização do saber e combater energicamente todo e qualquer tipo de privilégio.

c.) Por fim, o ponto fundamental: longe de defender a sujeição da educação à tutela do Estado, trata-se, ao contrário, de libertá-la da referida tutela.

Tal posição não deve, entretanto, ser confundida com a liberação do Estado dos encargos educacionais, sobre-onerando a população. Na verdade, é nisto que está interessado o Estado brasileiro atual. Sua estratégia consiste em não abrir mão do controle do processo educacional transferindo, porém, para a população (via APM e outros mecanismos) os encargos relativos ao custo desse processo. Trata-se, pois, de inverter esta tendência, exigindo que o Estado assuma plenamente os encargos que garantam as melhores condições possíveis de funcionamento da rede escolar públicas. E isto só será viável na medida em que as organizações populares exerçam severo controle sobre a educação em geral e, principalmente, sobre a educação ministrada nas escolas mantidas pelo Estado.

7. As táticas

Vê-se que as colocações anteriores dependem de pressuposto básico: a organização das camadas populares. Não cabe, entretanto, entender esse pressuposto em termos lógico-formais, julgando, em consequência, que só quando esta organização estiver consolidada é que será possível desencadear a estratégia proposta. Não se trata disso. Cumpre sensibilizar todos os setores cujos interesses possam de alguma maneira se identificar com a problemática levantada. Consequentemente, se o encaminhamento político correto da luta em defesa da escola pública se põe a organização das camadas populares, por outro lado, a referida luta, guiando-se pela estratégia proposta, contribuirá sem dúvida, para a organização e fortalecimento das camadas populares. A estruturação das táticas implicará certamente aquilo que o documento lançado pelo "Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito" denomina "a articulação dos núcleos de base", isto é, o envolvimento de associações estudantis, sociedades amigos de bairros, associações de pais e mestres, associação de docentes, comunidades de base, sindicatos, partidos políticos, etc... Como se vê, as tarefas do Comitê são imensas, cabendo-lhe o detalhamento, desencadeamento e implementação das táticas de luta.

8. Conclusão

Eis como, parece-nos, será possível colocar de modo correto a questão do ensino público no Brasil, hoje. O público perde, assim, a característica estatal, a contaminação da "fé servil no Estado" para recuperar sua raiz etimológica, isto é, popular. Eis como a defesa da escola pública coincidirá com a retirada da educação da tutela do Estado; deste Estado que es

tá aí e que já nos mostrou à sociedade a que veio.

E não vale fugir com o baixo subterfúgio de que o Estado brasileiro tecnoburocrático militar está acuado; que estamos em época de abertura política; de redemocratização. Com efeito, ainda que essa "abertura" tenha sido arrancada a contragosto do Estado, seria uma ingenuidade não perceber que, do ponto de vista do Estado (aparelho governamental), a "abertura" representa uma estratégia de recomposição da hegemonia orquestrada sob a batuta internacional das diretrizes emanadas da comissão tri lateral. (Documento elaborado por Dermeval Saviani).

Convidamos a todos os militantes e simpatizantes do PT, educadores ou não, a unir esforços nesse repensar de educação no Brasil. Pomos à disposição de todos os interessados os documentos e críticas recebidas. E "pau na máquina"! Toda comunicação poderá ser feita através da Caixa Postal 16022 A.P. UNICAMP, 13.100 - Campinas (SP).

NÚCLEO DOS PROFESSORES DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES DO DISTRITO FEDERAL
Edifício Venâncio III - sala 20 - SDS
70.000 Brasília - DF
Telefone: 061/225-0766